



FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE VOLEIBOL

Fundada em 1947 - Filiada na F.I.V.B. e na C.E.V.

Instituição de Utilidade Pública Desportiva

CONTRATO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO PROJECTOS N.º CP_AVAL_PROJ_2015

Entre

A **FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE VOLEIBOL**, Instituição de Utilidade Pública Desportiva, contribuinte n.º 501982060, com sede na Avenida de França, n.º 549, 4050-279, Porto, aqui representada pelo seu Presidente, Vicente Henrique Gonçalves de Araújo, adiante designada como Primeira Outorgante,

E

A **ASSOCIAÇÃO DE VOLEIBOL DO ALENTEJO**, com o contribuinte n.º 509866069, com sede na Praça Adriano Correia de Oliveira, nº15, 7780-133 Castro Verde, representada neste acto pelo seu Presidente, António Manuel Felício Espírito Santo, adiante designada por Segunda Outorgante,

Ambas em conjunto designadas como "Partes",

Considerando que:

- Pelo Decreto-Lei n.º 273/2009, os apoios ou participações financeiras atribuídos pelas federações desportivas às associações regionais ou distritais nelas filadas, são obrigatoriamente titulados por contratos programa de desenvolvimento desportivo;
- A concessão de apoios mediante a celebração de contratos programa de desenvolvimento desportivo tem em vista, nomeadamente, fazer acompanhar a concessão dos apoios por uma avaliação completa dos custos de programa ou projecto;
- O apoio concedido via contratos programa de desenvolvimento desportivo visa uma maior coordenação da modalidade, para que uma política global, visando o Voleibol Nacional, possa ser cada vez mais efectiva;



De acordo com a legislação em vigor é celebrado o presente **Contrato Programa de Desenvolvimento Desportivo - Projectos**, o qual se regerá pelo disposto nas cláusulas seguintes:

Cláusula Primeira (Objecto)

- 1 - Constitui objecto do presente contrato a concessão de uma participação financeira, a qual se destina à execução do Programa de Desenvolvimento Desportivo - Projectos.
- 2 - O Projecto objecto do presente contrato é aquele que a Associação de Voleibol do Alentejo se propõe levar a efeito no decurso do corrente ano e que mereceu a aprovação da Primeira Outorgante, após Candidatura para o efeito.

Contribuinte nº 501982060



FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE VOLEIBOL

Fundada em 1947 - Filiada na F.I.V.B. e na C.E.V.

Instituição de Utilidade Pública Desportiva

Cláusula Segunda (Período de execução do programa)

O prazo de execução do programa objecto de comparticipação financeira ao abrigo do presente contrato programa termina em 31 de Dezembro de 2015.

Cláusula Terceira (Comparticipação financeira)

1 - A comparticipação financeira a prestar pela Federação Portuguesa de Voleibol à Associação de Voleibol do Alentejo, para apoio à execução do Programa referido na Cláusula 1.ª, é do montante de **EUR 14.400,00** (Catorze mil e quatrocentos euros), destinada a participar os custos com:

- Centros Gira Praia AVAL 2015.

2 - A alteração dos fins a que se destinam as verbas previstas neste contrato só poderá ser feita mediante autorização escrita da Federação Portuguesa de Voleibol, com base numa proposta fundamentada da Associação.

Cláusula Quarta (Disponibilização da comparticipação financeira)

A comparticipação referida no n.º 1 da Cláusula anterior será disponibilizada após a entrega do relatório final de cada Projecto, cópias das respectivas despesas e de acordo com a afectação de verbas, para o efeito, do IPDJ, I.P. à Federação Portuguesa de Voleibol.

Cláusula Quinta (Obrigações da Associação)

São obrigações da Associação:

- Executar o Programa de Desenvolvimento Desportivo - Projectos de acordo com a Ficha de Candidatura apresentada e aprovada, de forma a atingir os objectivos expressos naquela;
- Apresentar comprovativos da efectiva realização da despesa acerca da execução deste contrato programa;
- Entregar, até 60 dias após a realização do referido projecto, um relatório final em modelo definido pela Federação, sobre a execução do Programa de Desenvolvimento Desportivo - Projectos;
- Criar um centro de custos próprio e exclusivo para a execução do Programa objecto do presente contrato, não podendo nele imputar outros custos e proveitos que não sejam os de execução deste Programa, de modo a assegurar-se o acompanhamento da aplicação de verbas confiadas exclusivamente para este fim;
- Apresentar, até 10 de Novembro de 2015, o plano de actividades e orçamento (Ficha de Candidatura - Projectos) para o ano de 2016, caso pretenda celebrar contrato programa para esse ano.



Contribuinte nº 501982060



FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE VOLEIBOL

Fundada em 1947 - Filiada na F.I.V.B. e na C.E.V.

Instituição de Utilidade Pública Desportiva

Cláusula Sexta (Obrigações fiscais e para com a Segurança Social)

A Associação de Voleibol do Alentejo não poderá beneficiar de novos apoios financeiros por parte da Federação Portuguesa de Voleibol, sempre que se encontre em situação de incumprimento das suas obrigações fiscais ou para com a segurança social, sendo igualmente suspensos os apoios decorrentes do contrato programa em curso enquanto a situação se mantiver.

Cláusula Sétima (Incumprimento das obrigações da Associação)

1 - O incumprimento, por parte da Associação, das obrigações abaixo discriminadas, pode implicar a suspensão das comparticipações financeiras da Federação:

- a) Obrigações referidas na Cláusula 5.^a do presente contrato programa;
- b) Obrigações contratuais constantes noutros contratos programa celebrados com a Federação Portuguesa de Voleibol;
- c) De qualquer obrigação decorrente das normas legais em vigor.

2 - O incumprimento do disposto nas alíneas a), b), c) e d) da Cláusula 5.^a, por razões não fundamentadas, concede à Federação Portuguesa de Voleibol o direito de resolução do presente contrato e de reaver todas as quantias pagas, quando se verifique a impossibilidade de realização dos fins essenciais do Programa de Desenvolvimento Desportivo - Projectos.

3 - Sem prejuízo do estabelecido no n.º 2 da Cláusula 3.^a supra, caso as comparticipações financeiras concedidas pela Primeira Outorgante não tenham sido aplicadas na execução do competente Programa de Desenvolvimento Desportivo - Projectos, a Associação obriga-se a restituir à Federação os montantes não aplicados e já recebidos.

4 - Caso as comparticipações financeiras concedidas pela Primeira Outorgante, constantes noutros contratos programa celebrados com a Federação Portuguesa de Voleibol, em 2015 e/ou em anos anteriores, não tenham sido totalmente aplicadas na execução dos competentes Programa de Desenvolvimento Desportivo - Projectos, a Associação obriga-se a restituir à Federação os montantes não aplicados e já recebidos.

Cláusula Oitava (Obrigações da Federação Portuguesa de Voleibol)

É obrigação da Federação Portuguesa de Voleibol verificar o exacto desenvolvimento do Programa de Desenvolvimento Desportivo - Projectos que justificou a celebração do presente contrato programa, procedendo ao acompanhamento e controlo da sua execução nos termos anteriormente definidos ou noutros que, no seu entender, sejam adequados ao mesmo fim.





FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE VOLEIBOL

Fundada em 1947 - Filiada na F.I.V.B. e na C.E.V.

Instituição de Utilidade Pública Desportiva

Cláusula Nona (Revisão do contrato)

O presente contrato programa pode ser modificado ou revisto por livre acordo das partes e em conformidade com o estabelecido no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 432/91, de 6 de Novembro.

Cláusula Décima (Vigência do contrato)

O presente contrato programa entra em vigor na data da sua assinatura e termina em 31 de Dezembro de 2015.

Cláusula Décima Primeira (Disposições finais)

1 - Nos termos do n.º 1 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de Outubro, este contrato programa será publicitado na página electrónica da Federação Portuguesa de Voleibol.

2 - Os litígios emergentes da execução do presente contrato programa serão submetidos a arbitragem nos termos da Lei n.º 31/86, de 29 de Agosto.

3 - Da decisão arbitral cabe recurso, de facto e de direito, para o tribunal administrativo competente, nele podendo ser reproduzidos todos os meios de prova apresentados na arbitragem.

Assinado no Porto, em 29 de Janeiro de 2015, em dois exemplares de igual valor, devidamente assinados e rubricados pelas partes, ficando um em posse de cada uma delas.



Pela FPV



(Vicente Henrique Gonçalves de Araújo)

Pela Associação

(António Manuel Felício Espinho)

ASSOCIAÇÃO DE VOLEIBOL
DO ALENTEJO

NIPC - 50986069
NISS - 2509860695

Tel/Fax - 286328860 / 925554850
Praça Adriano Correia, n.º 15
7700-150 CASTRO VERDE





FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE VOLEIBOL

Fundada em 1947 - Filiada na F.I.V.B. e na C.E.V.
Instituição de Utilidade Pública Desportiva

Alcino Henriques

CONTRATO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO PROJECTOS N.º CP_AVAL_PROJ_A_2015

Entre

A **FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE VOLEIBOL**, Instituição de Utilidade Pública Desportiva, contribuinte n.º 501982060, com sede na Avenida de França, n.º 549, 4050-279, Porto, aqui representada pelo seu Presidente, Vicente Henrique Gonçalves de Araújo, adiante designada como Primeira Outorgante,

E

A **ASSOCIAÇÃO DE VOLEIBOL DO ALENTEJO**, com o contribuinte n.º 509866069, com sede na Praça Adriano Correia de Oliveira, n.º15, 7780-133 Castro Verde, representada neste acto pelo seu Presidente, António Manuel Felício Espírito Santo, adiante designada por Segunda Outorgante,

Ambas em conjunto designadas como "Partes",

Considerando que:

- Pelo Decreto-Lei n.º 273/2009, os apoios ou participações financeiras atribuídos pelas federações desportivas às associações regionais ou distritais nelas filadas, são obrigatoriamente titulados por contratos programa de desenvolvimento desportivo;
- A concessão de apoios mediante a celebração de contratos programa de desenvolvimento desportivo tem em vista, nomeadamente, fazer acompanhar a concessão dos apoios por uma avaliação completa dos custos de programa ou projecto;
- O apoio concedido via contratos programa de desenvolvimento desportivo visa uma maior coordenação da modalidade, para que uma política global, visando o Voleibol Nacional, possa ser cada vez mais efectiva;

De acordo com a legislação em vigor é celebrado o presente **Contrato Programa de Desenvolvimento Desportivo - Projectos**, o qual se regerá pelo disposto nas cláusulas seguintes:

Cláusula Primeira (Objecto)

1 - Constitui objecto do presente contrato a concessão de uma participação financeira e material desportivo, os quais se destinam à execução do Programa de Desenvolvimento Desportivo - Projectos.

2 - Os Projectos objecto do presente contrato são aqueles que a Associação de Voleibol de Alentejo se propõe levar a efeito no decurso do corrente ano e que mereceram a aprovação da Primeira Outorgante, após Candidatura para o efeito.





FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE VOLEIBOL

Fundada em 1947 - Filiada na F.I.V.B. e na C.E.V.

Instituição de Utilidade Pública Desportiva

Alcino Espírito Santo
2

Cláusula Segunda (Período de execução do programa)

O prazo de execução do programa objecto de comparticipação financeira ao abrigo do presente contrato programa termina em 31 de Dezembro de 2015.

Cláusula Terceira (Comparticipação financeira)

1 - A comparticipação financeira a prestar pela Federação Portuguesa de Voleibol à Associação de Voleibol de Alentejo, para apoio à execução do Programa referido na Cláusula 1.ª, é do montante de até **EUR 4.650,00** (Quatro mil seiscentos e cinquenta euros), destinada a comparticipar os custos com:

- a) Volley Stand UP (Eur 3.500,00 – Três mil e quinhentos euros);
- b) Volley 4 All – Taça de Aniversário AVAL 2015 (Eur 500,00 – Quinhentos euros);
- c) Volley 4 All – Campeonato Regional Indoor – 650,00 – Seiscentos e cinquenta euros).

2 – A alteração dos fins a que se destina a verba prevista neste contrato só poderá ser feita mediante autorização escrita da Federação Portuguesa de Voleibol, com base numa proposta fundamentada da Associação.

Cláusula Quarta (Material)

1 – À comparticipação financeira a prestar nos termos da cláusula anterior acrescerá o seguinte fornecimento de material por parte da Federação Portuguesa de Voleibol:

- a) Volley 4 All – Taça de Aniversário AVAL 2015– 10 Bolas Mikasa MVA310;
- b) Volley Summer Alive - 10 Bolas Mikasa VLS300; 150 T-Shirts de praia; 2 Redes Beach; 40 Packs de Água (40x24).

2 – A distribuição do material mencionado no número anterior, será efectuada de acordo com a disponibilidade da Federação Portuguesa de Voleibol em cada momento.

Cláusula Quinta (Disponibilização da comparticipação financeira)

A comparticipação referida no n.º 1 da Cláusula Terceira será disponibilizada após a entrega do relatório final de cada Projecto, cópias das respectivas despesas e de acordo com a afectação de verbas, para o efeito, do IPDJ, I.P. à Federação Portuguesa de Voleibol.





FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE VOLEIBOL

Fundada em 1947 - Filiada na F.I.V.B. e na C.E.V.

Instituição de Utilidade Pública Desportiva

Alino Espinal Jan 2
H

Cláusula Sexta (Obrigações da Associação)

São obrigações da Associação:

- a) Executar o Programa de Desenvolvimento Desportivo - Projectos de acordo com a Ficha de Candidatura apresentada e aprovada, de forma a atingir os objectivos expressos naquela;
- b) Apresentar comprovativos da efectiva realização da despesa acerca da execução deste contrato programa;
- c) Entregar, até 60 dias após a realização do referido projecto, um relatório final em modelo definido pela Federação, sobre a execução do Programa de Desenvolvimento Desportivo - Projectos;
- d) Criar um centro de custos próprio e exclusivo para a execução do Programa objecto do presente contrato, não podendo nele imputar outros custos e proveitos que não sejam os de execução deste Programa, de modo a assegurar-se o acompanhamento da aplicação de verbas confiadas exclusivamente para este fim;
- e) Apresentar, até 10 de Novembro de 2015, o plano de actividades e orçamento (Ficha de Candidatura - Projectos) para o ano de 2016, caso pretenda celebrar contrato programa para esse ano.

Cláusula Sétima (Obrigações fiscais e para com a Segurança Social)

A Associação de Voleibol de Alentejo não poderá beneficiar de novos apoios financeiros por parte da Federação Portuguesa de Voleibol, sempre que se encontre em situação de incumprimento das suas obrigações fiscais ou para com a segurança social, sendo igualmente suspensos os apoios decorrentes do contrato programa em curso enquanto a situação se mantiver.

Cláusula Oitava (Incumprimento das obrigações da Associação)

1 - O incumprimento, por parte da Associação, das obrigações abaixo discriminadas, pode implicar a suspensão das participações financeiras da Federação:

- a) Obrigações referidas na Cláusula 6.^a do presente contrato programa;
- b) Obrigações contratuais constantes noutros contratos programa celebrados com a Federação Portuguesa de Voleibol;
- c) De qualquer obrigação decorrente das normas legais em vigor.

2 - O incumprimento do disposto nas alíneas a), b), c) e d) da Cláusula 6.^a, por razões não fundamentadas, concede à Federação Portuguesa de Voleibol o direito de resolução do presente contrato e de reaver todas as quantias pagas, quando se verifique a impossibilidade de realização dos fins essenciais do Programa de Desenvolvimento Desportivo - Projectos.

3 - Sem prejuízo do estabelecido no n.º 2 da Cláusula 3.^a supra, caso as participações financeiras concedidas pela Primeira Outorgante não tenham sido aplicadas na execução do competente Programa de Desenvolvimento Desportivo - Projectos, a Associação obriga-se a restituir à Federação os montantes não aplicados e já recebidos.





FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE VOLEIBOL

Fundada em 1947 - Filiada na F.I.V.B. e na C.E.V.

Instituição de Utilidade Pública Desportiva

4 - Caso as comparticipações financeiras concedidas pela Primeira Outorgante, constantes noutros contratos programa celebrados com a Federação Portuguesa de Voleibol, em 2015 e/ou em anos anteriores, não tenham sido totalmente aplicadas na execução dos competentes Programa de Desenvolvimento Desportivo - Projectos, a Associação obriga-se a restituir à Federação os montantes não aplicados e já recebidos.

Cláusula Nona (Obrigações da Federação Portuguesa de Voleibol)

É obrigação da Federação Portuguesa de Voleibol verificar o exacto desenvolvimento do Programa de Desenvolvimento Desportivo - Projectos que justificou a celebração do presente contrato programa, procedendo ao acompanhamento e controlo da sua execução nos termos anteriormente definidos ou noutros que, no seu entender, sejam adequados ao mesmo fim.

Cláusula Décima (Revisão do contrato)

O presente contrato programa pode ser modificado ou revisto por livre acordo das partes e em conformidade com o estabelecido no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 432/91, de 6 de Novembro.

Cláusula Décima Primeira (Vigência do contrato)

O presente contrato programa entra em vigor na data da sua assinatura e termina em 31 de Dezembro de 2015.

Cláusula Décima Segunda (Disposições finais)



1 - Nos termos do n.º 1 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de Outubro, este contrato programa será publicitado na página electrónica da Federação Portuguesa de Voleibol.

2 - Os litígios emergentes da execução do presente contrato programa serão submetidos a arbitragem nos termos da Lei n.º 31/86, de 29 de Agosto.

3 - Da decisão arbitral cabe recurso, de facto e de direito, para o tribunal administrativo competente, nele podendo ser reproduzidos todos os meios de prova apresentados na arbitragem.

Assinado no Porto, em 31 de Março de 2015, em dois exemplares de igual valor, devidamente assinados e rubricados pelas partes, ficando um em posse de cada uma das partes.



Pela FPV


(Vicente Henrique Gonçalves de Araújo)

Pela Associação
ASSOCIAÇÃO DE VOLEIBOL
DO ALENTEJO

N.º 1085 - 23098660395
7780-133 CASTRO VERDE